

PROGRAMAS ESTATAIS DE EXPANSÃO E FINANCIAMENTO DO SETOR DE ENSINO PRIVADO SUPERIOR DO PAÍS: FIES E PROUNI COMO ALAVANCA DE ARQUIMEDES

STATE PROGRAMS OF EXPANSION AND FINANCING OF THE COUNTRY'S PRIVATE EDUCATION SECTOR: FIES AND PROUNI AS A LEISURE OF ARQUIMEDES

João Paulo Costa Lima¹
Waldir Ferreira de Abreu²
Rhoberta Santana de Araújo³
Helder Nazaré Ferreira Poça⁴

RESUMO

O artigo analisa a política de financiamento e expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) Brasileiras, de 2001 a 2016, e os extensos benefícios gerados a seu setor privado, por programas estatais concessionários de financiamento direto e indireto. Metodologicamente optou-se pela pesquisa quanti-qualitativa documental, analisando centralmente dados da Receita Federal do Brasil (RFB), e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ligados aos Censos da Educação Superior; ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), e ao Índice Geral de Cursos (IGC), visando extrair informações: orçamentárias e financeiras da União; da expansão de IES e matrículas; e da qualidade do ensino e dos cursos em IES público-privadas. Considera-se que a política nacional gerou um maior auxílio às IES privadas do que às IES públicas, criando um ensino superior mercantil, e dissociado de pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Financiamento. Expansão. Instituições de Ensino Superior.

1 Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil. Mestre em Desenvolvimento Econômico Regional (2014) pelo Programa de Pós-graduação em Economia da UFPA e Doutorando em Educação (UFPA). <https://orcid.org/0000-0001-6966-8939>. E-mail: paulogarcia77@gmail.com

2 Professor adjunto IV da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil. Pós-Doutor em Ciências da Educação - Espanha (2013). <https://orcid.org/0000-0002-0245-9072>. E-mail: awaldir@ufpa.br

3 Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil. Mestre em Educação (UFPA) e Doutoranda em Educação (UFPA). <https://orcid.org/0000-0002-8881-0766>. E-mail: rhoberta.araujo@gmail.com

4 Analista de Investimentos Sênior do Banco da Amazônia S/A, Belém, PA, Brasil. Mestre em Economia Regional pela UFPA. <https://orcid.org/0000-0003-1205-5298>. E-mail: helderpoça@hotmail.com

ABSTRACT

The article analyzes the financing and expansion policy of the Brazilian Higher Education Institutions (IES), from 2001 to 2016, and the extensive benefits generated to your private sector, through state programs that grant direct and indirect financing. Methodologically, a quantitative-qualitative documentary research was conducted, analyzing centrally data from the Federal Revenue Service (RFB) and the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP), linked to the Census of Higher Education; the National Student Performance Examination (ENADE), and the General Course Index (IGC), aiming at extracting information: budgetary and financial information from the Federal Government; expansion of HEIs and enrollments; and the quality of teaching and courses in public-private HEIs. It is considered that the national policy generated a greater aid to the private HEIs than to the public HEIs, creating a superior commercial education, and dissociated from research and extension.

Keywords: Financing. Expansion. Higher Education Institutions.

1 INTRODUÇÃO

O processo expansionista do segmento de ensino superior brasileiro, atualmente em curso, vem sendo montado desde a década de 1990, construído paulatinamente pelos governos nacionais. Sabe-se que a criação de novas políticas públicas estatais, ou a reformulação das já existentes, tem visado o atendimento dos negócios do setor privado. Os dados extraídos da publicação anual do INEP, denominada Censo da Educação Superior, atestaram que no período analisado (2001 a 2016), apesar da expansão verificada ao setor público, a ampliação do número de matrículas e de IES privadas no país foi extraordinária. Considera-se que as ações políticas estatais, atreladas às medidas criadas pelos próprios grupos privados do ensino superior, lhes geraram em duas décadas (1996 a 2016), desde a promulgação da LDB/1996, robustez de capital e expansão extraordinárias. Tal realidade enfraqueceu o setor público de ensino superior, reduzindo seus investimentos, e colocando o setor educacional do país ao sabor do mercado, e a serviço de interesses multilaterais privados.

O artigo analisou o arcabouço normativo-legal de suporte, criado pela política nacional, desde meados da década de 1990,

que propiciou tanto o fortalecimento, como o espraiamento dos negócios da iniciativa privada educacional superior no país. Processo que tem tanto o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado pela Lei Federal nº. 10.260 de 2001, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado pela Lei Federal nº. 11.096 de 2005, como o alto relevo dos programas estatais concessores de financiamento, direto e indireto, às IES privadas do país.

O artigo buscou desvelar duas questões centrais: a primeira se relaciona à motivação do Governo Federal, em empregar alta parcela do erário público, na concessão de financiamento direto, ou de renúncias fiscais, a IES privadas, com e sem fins lucrativos, por meio de programas de acesso ao ensino superior, que passaram a promover sua expansão e robustecimento de capital. A segunda relaciona-se com o discurso oficial da União, que considera necessários os gastos públicos com tais programas, como FIES e PROUNI, justificando que sozinhas, as IES públicas não estariam gerando acesso efetivo a todos os estratos sociais, concentrando indivíduos de classes abastadas, não gerando amplas oportunidades à população. Além disso, a qualidade e o desempenho do setor público sempre foram considerados inferiores aos registrados pelo setor privado. Parte-se do princípio, pelos dados coletados, que as políticas do Governo Federal, no período analisado, pautaram-se em gerar acesso às classes populares no ensino superior, mas pela estrutura do setor privado, em ações que denotam a existência de um projeto de destinação maciça de recursos públicos aos negócios deste.

O artigo utilizou como recurso metodológico, a pesquisa quanti-qualitativa, agregada a consulta de fontes documentais, tanto no sítio da RFB, para levantar dados financeiros e orçamentários da União, como no sítio do INEP, para obter dados anuais sobre os Censos da Educação Superior, sobre o ENADE e sobre o IGC, no intuito de medir a expansão de matrículas e de IES público-privadas no país, a qualidade do ensino (desempenho estudantil), e a qualidade dos cursos ministrados nestas, no período de 2001 a 2016, englobando a segunda metade do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC – 2001 a 2002), e mais os dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (Lula - 2003 a 2010), e os dois mandatos de Dilma Vana Rousseff

(Dilma - 2011 a 2016), indo até a interrupção do segundo, por processo de Impeachment ocorrido em 2016.

O artigo se compõe de oito partes. A primeira é a introdutória. A segunda versa sobre a crise capitalista dos anos de 1970, e sobre o surgimento e adoção da política neoliberal pelos países. A terceira descreve a experiência neoliberal no Brasil a partir da década de 1990, e como suas ações políticas afetaram o setor educacional do país, por reorientar as políticas públicas educacionais, principalmente, ligadas ao segmento de ensino superior. Na quarta abordou-se questões ocorridas, no ensino superior do país, no período analisado, como: a política diferenciada de expansão e financiamento estatal ao setor público e privado, além dos processos de Financeirização, Oligopolização, Gestão Corporativa, e Empresariamento da Educação deflagrados pelo setor privado. Na quinta discutiu-se a expansão de matrículas e de IES público-privadas no país, nos governos de FHC, Lula e Dilma, entre 2001 e 2016. Na sexta parte aprofundou-se a questão dos Programas de Acesso ao Ensino Superior (FIES e PROUNI), para desvelar se de fato houve, no período analisado, trato distinto pela União entre o setor público e o privado, pois considerou-se que a expansão e o robustecimento financeiro e patrimonial das IES privadas no país, teria derivado em parte, do auxílio destes programas, que transformaram a Educação em mercadoria, algo dissonante ao princípio norteador do processo educativo que a percebe como direito universal. Na sétima parte analisou-se a questão qualitativa do ensino e dos cursos em IES público-privadas do país e suas discrepâncias. Na oitava parte seguiram-se as conclusões e sugestões finais do artigo ao tema.

2 DÉCADA DE 1990: REFORMA DO ESTADO NACIONAL E POLÍTICA NEOLIBERAL: ASCENSÃO ÀS FINANÇAS MUNDIAIS

Para Duménil & Dominique (2003), desde os meados da década de 1970, quando as grandes nações capitalistas, entraram em crise estrutural do capitalismo, deflagrada por pífios níveis de crescimento econômico; redução drástica do volume de investimentos; e surgimento de elevados índices inflacionários, passou a surgir uma série de efeitos derivados destes fatos como: a) Grande redução do progresso técnico, b) Encolhimento do lucro capitalista, c) Estagnação

salarial, d) Demissões em massa, e) Decréscimo nas contratações, e f) Elevação das taxas de desemprego. Tal realidade produziu nas três últimas décadas do Século Vinte, políticas de reversão da crise surgida, que implementaram reformas nas relações produtivo-distributivas, socioeconômicas, e históricas capitalistas, centradas na política neoliberal, que via a grande regulação estatal como o grande mal.

Segundo Lacerda (2002), com a crise da década de 1970, o modelo de produção capitalista passou a adotar um novo modo de gerenciar, pensar, e fazer as coisas. Algumas medidas foram adotadas como: a) Nova Revolução Tecnocientífica; b) Modelo de Acumulação Flexível; c) Reestruturação Produtiva; e d) Mundialização Socioeconômica, Produtiva e Comercial. Itens que colocaram o mercado financeiro acima do setor produtivo, e pulverizaram toda a riqueza social disponível, substituindo as firmas familiares por conglomerados rentistas e oligopolistas mundiais.

Na visão de Antunes (2001), as ideias neoliberais ganharam força e notoriedade no cenário econômico mundial, pelo argumento de que a superação dos efeitos gerados pela crise, somente dar-se-ia pela autorregulação dos mercados, e pela redução significativa da intervenção do Estado na economia, com a adoção da chamada Política do Estado Mínimo⁵, que passou a prever: 1) Grande rigor nos gastos públicos; 2) Altos incentivos (fiscais e monetários) ao setor privado; 3) Redução de direitos e garantias trabalhistas; 4) Aumento de políticas assistencialistas sociais. Tais políticas visavam formar maciço capital humano, aumentar a competitividade das firmas⁶, seja nos países ou globalmente, e transformar administrações estatais, em administrações gerenciais de mercado. O neoliberalismo foi implantado nas nações centrais do capitalismo desde a década de 1980, e replicado nos países periféricos desde a década de 1990, após o chamado Consenso de Washington, visando inicialmente precarizar, para depois privatizar, e desnacionalizar os setores produtivos dos segundos, gerando novos mercados de exploração aos conglomerados rentistas globais.

5 Para Gregory (2004), Estado Mínimo ou Minarquista seria um modelo de estado, de baixa intervenção na economia do país, na expectativa de que tal posição faça o mercado e seus agentes se autorregularem, maximizando assim o progresso e a prosperidade do mesmo. Seus defensores pregam que a maior função estatal seria a provisão dos direitos básicos da população.

6 Conceito baseado no artigo seminal de Ronald H. Coase, publicado em 1937, denominado *The Nature of the Firm*.

Quanto ao Consenso de Washington, segundo Batista (1994), foi uma reunião de economistas estadunidenses, ocorrida em 1989, na cidade de Washington D.C., capital dos Estados Unidos da América (EUA), onde as pautas neoliberais aos países periféricos do capital foram debatidas, e ali estabelecidas diretrizes básicas aos governos destes, para que continuassem a tomar novos empréstimos de instituições multilaterais ligadas aos países centrais, como: 1) Concentração de gastos públicos em áreas consideradas essenciais: saúde, educação, infraestrutura, e segurança pública; 2) Realização de reformas tributárias e administrativas (desburocratização); 3) Liberalização financeira a capitais especuladores transnacionais; 4) Desregulamentação trabalhista e legal (incentivo às firmas e produtos estrangeiros); e 5) Intensificação de privatizações a estatais.

Para Feldfeber (2009), o projeto neoliberal pretendido aos países, buscou em seus mercados regionais, potencialidades econômicas, e capacidade de atração de investimentos externos em diversos setores produtivos. Foi realizado verdadeiro leilão dos locais mais favoráveis à recepção de tais investimentos, que passaram a ser gerenciados em parceria com frações de burguesia regionais.

3 SETOR EDUCACIONAL BRASILEIRO E POLÍTICA NEOLIBERAL: AMEAÇAS AO ENSINO PÚBLICO EMERGEM

Segundo Sampaio (2000), a política neoliberal adentrou no setor educacional do país, logo após a implementação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), em 1995, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). As medidas políticas direcionadas a partir daí à socioeconomia do país, primaram pela substituição da lógica estatal pela lógica corporativa, fundamentada nos princípios da competência e eficiência gerencial, que passou a imprimir diversas alterações nos dispositivos legais e administrativos dos países em desenvolvimento.

Para Behring (2003, p. 198), o PDRAE fez a transição da administração burocrática estatal à gerencial, tendo sido um ataque à Constituição de 1988, à Seguridade Social, e ao Funcionalismo Público. Uma reforma com orientações político-econômicas neoliberais, que transferiu as funções do Estado ao Mercado. O discurso oficial do governo justificava o PDRAE, na alegação de que a crise de estagflação econômica da década de 1980 teria sido causada, por um

equivocado modelo de desenvolvimento, que ampliou a participação do Estado na economia e nos setores produtivos, desviando-o de suas reais funções sociais: saúde, educação, infraestrutura, e segurança pública. Tal fato gerou a deterioração dos serviços públicos no país, o agravamento da crise fiscal, e altos índices inflacionários. Para a União o PDRAE era o meio de se obter: estabilização econômica, crescimento sustentado, equidade socioeconômica regional, e reordenamento das instituições governamentais.

Segundo Sampaio (2000), após a implantação do PDRAE em 1995, foi promulgada em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁷ (LDB), prevendo em seu Art. 7º que: “O ensino será livre à iniciativa privada, se atendidas as seguintes condições: I - Cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - Autorização de funcionamento e avaliação da qualidade pelo Poder Público; III - Capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no Art. 213 da Constituição Federal”. A Lei passou a permitir que as IES privadas do país tivessem fins lucrativos, como preconizado pelo Art. 20. Além disso, seus registros jurídicos foram flexibilizados, permitindo às mesmas assumirem diversos tamanhos e formatos jurídicos, até o formato de Sociedades Anônimas de capital aberto em Bolsa de Valores. As IES mercantis passaram a encarar o ensino como mercado de exploração, passando a ter como ator principal o acionista, e como coadjuvante o aluno. A qualidade do ensino foi preterida por: Relatórios Financeiros; Valores de Ação; Rentabilidade de Investimentos; Receita Operacional Líquida; Margem de Contribuição; Lucro Líquido e outros itens de mensuração.

Para Antunes e Alves (2004, pág. 338), a política neoliberal alterou o contexto socioeconômico e político do país, além dos rumos do setor educacional, induzindo-o a ações como: a) Proliferação de IES privadas no país; b) Sucateamento do aparato de ensino público; c) Alto controle social e formação de mão de obra aligeirada e barata; e d) Crescimento do volume de recursos públicos para financiar ações privadas, principalmente, no segmento de ensino superior.

Para Martins (2009, pág. 23) a política governamental de incentivo à expansão dos negócios privados educacionais no país,

7 Posteriormente à mesma ainda foram promulgados os seguintes decretos: o Decreto nº. 5.622/2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.html; o Decreto nº. 5.786/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5786.html; e o Decreto nº. 5.773/2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.

originou-se ainda no período da Ditadura Militar (1964 a 1985), ampliando o quantitativo de matrículas do setor privado neste período, de 142 mil em 1964, ou 44% do total, para 885 mil em 1980, ou 64% do total. Foi criado um projeto desenvolvimentista pautado em interesses externos, desejosos em mercantilizar os setores produtivos estratégicos do país.

Segundo Dourado (2002, pág. 235), a política neoliberal se mostrou contrária à manutenção de um perfil de ensino gratuito e qualitativo à população do país, tanto que visou precarizar a oferta e o manutenção dos produtos e serviços estatais à população. Quanto à Educação, a centralidade ideológica era privatizá-la, e diversificá-la institucionalmente, para inseri-la no mercado global. Para adotar tal ideologia de mercado, e viabilizar as reformas pretendidas, as IES privado-mercantis adotaram medidas como: 1) Alta abrangência física e de atividades; 2) Alta racionalidade e flexibilidade de recursos; 3) Criação de sistemas avaliativos da qualidade do ensino⁸; 4) Modelo de administração gerencial; e 5) Alterações curriculares e nas práticas pedagógicas. Ações que visavam precarizar o trabalho docente, e empobrecer o currículo discente, para auferir alta lucratividade.

Diante do que fora exposto, considera-se que a política neoliberal induziu grandes alterações no setor educacional do país, desde a década de 1990, tendo consolidado neste uma grande diversidade institucional. O boom demográfico dos anos de 2000 só acelerou tal processo, tendo intensificado a expansão, e o mercado concorrencial das IES mercantis no país. Desde tal período, os mercados de trabalho passaram a buscar trabalhadores qualificados, aumentando a procura de ensino profissional, fato que alavancou os negócios das IES privado-mercantis, gerando a transição do modelo de ensino superior elitista dos anos de 1990, para o modelo massificado dos anos 2000.

8 O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sendo um processo avaliativo da qualidade do ensino superior. O ENADE é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES. O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme determina a Lei nº. 10.861/2004. É aplicado periodicamente a estudantes de todos os cursos de graduação, no primeiro (ingressantes) e no último (concluintes) ano do curso. Disponível em: <http://www.furb.br/web/3237/enade-exame-nacional-de-desempenho-dos-estudantes/o-que-e-o-enade>. Acesso em: 15/01/2018.

4 FINANCIAMENTO, EXPANSÃO, RENTISMO E OLIGOPOLIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: O AXIOMA DO TRIUNFO DO NEOLIBERALISMO E DO MERCADO SOBRE AS QUESTÕES SOCIAIS

Segundo Amaral (2006), desde a década de 2000, alguns grupos mercantis do ensino superior, que já concentravam e centralizavam capitais (oligopolistas) desde os anos de 1990, adotaram a estratégia de financiar seus negócios à custa do Fundo Público, para ampliar seus resultados operacionais (mercadológico-financeiros), e sua planta expansionista. A ideia era atrair através dos programas de acesso ao ensino superior da União, a alta demanda reprimida do segmento. Tais grupos já haviam tentado esta ação por conta própria, ofertando grande número de vagas a preços baixos, mas o plano não vingou. A saída então foi usar o discurso oficial do governo, prometendo inclusão e melhoria de qualidade de vida, aos estratos excluídos do ensino superior.

Conforme Chaves (2010), desde os anos de 2000, alguns grupos privado-mercantis do ensino superior, com grande potencial mercadológico de crescimento e obtenção de alta lucratividade, iniciaram uma série fusões e aquisições interinstitucionais no segmento, para concentrar alunos e oferta de vagas. Tal processo se exacerbou a partir de 2007, quando tais grupos: Anhanguera Educacional; Kroton Educacional; Estácio de Sá; Sociedade Educacional Brasileira (SEB); e Colégio Oswaldo Cruz (COC), abriram seus capitais ao comércio de ações na Bolsa de Valores (Financeirização⁹), sendo capitaneados por fundos de investimentos, que vieram a ter o controle de suas administrações, criando grandes firmas educacionais rentistas e oligopolistas.

De acordo com Bittar, Stapani & Ruas (2012), o Grupo Educacional Superior Privado Anhanguera foi o primeiro a se inserir no mercado de capitais, tendo virado líder em seu segmento anos depois. Os demais grupos entraram logo depois, captando uma série de fluxos de investimentos, nacionais e internacionais, o que lhes possibilitou alargar suas operações em todo o país (abrindo novas unidades), e até fora deste (celebrando contratos com IES internacionais residentes

9 Para Marx (2005), seria uma prática adotada por firmas ligadas ao capital financeiro (capital bancário fundido ao industrial), que atuariam num modelo de acumulação, gerador de crises de produção capitalista, por migrarem seu capital investidor da esfera produtiva concorrencial, para o mercado financeiro, multiplicando-o artificialmente, e interrompendo o único modo de produção de riqueza material conhecido, a alienação do trabalho, extraída no processo produtivo capitalista (Mais-Valia).

no país). O ensino superior virou mercadoria para investidores e instituições bancárias do mercado financeiro global, cobiçosos em ampliar seus ganhos, com a valorização das ações destes grupos na Bolsa de Valores. Além disso, um processo avançado de reengenharia foi criado às tecnologias informacionais e às telecomunicações, para eliminar quaisquer empecilhos tecnológicos à propagação do ensino mercantil em todas as regiões do planeta. Os entraves políticos, culturais, e alfandegários dos países também foram minimizados, pela ação de organismos multilaterais como: Organização das Nações Unidas Para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

Quanto ao processo de desnacionalização do segmento de ensino superior no país, Gorgulho (2009, pág.46) afirma que, a Universidade Anhembi-Morumbi foi a primeira a ser comprada no país em 2005, pelo grupo educacional estadunidense *Laureate*. O autor destaca, que de 2005 a 2009, ocorreram 78 fusões e aquisições interinstitucionais no segmento (Oligopolização). Além disso, as vinte e sete (27) maiores transações registradas neste período, movimentaram R\$11 Bilhões. E mais, em 2011, o fundo investidor estadunidense *Advent International*, comprou 28% das ações do Grupo Kroton Educacional. Fatos que estariam desnacionalizando o ensino superior do país. Dados de Hoper Consultoria (2007) mostraram ainda, que a expansão do capital internacional sobre a Educação do país, ocorreu quase sempre, pela compra de ações das firmas educacionais por fundos de investimento, geralmente do tipo *Private Equity*¹⁰, numa ação atrelada à prática oligopolista.

De acordo com Chesnais (2001, pág. 16), na década de 1990, o volume de operações financeiras se extrapolou globalmente, havendo transição maciça de capital do setor produtivo ao especulativo. O capitalismo adotou a partir daí, o chamado Modelo de Acumulação Flexível, com as seguintes medidas: a) Mercados financeiros globais; b) Grupos investidores transnacionais; c) Gestão corporativa organizacional; d) Controle de estoques, perdas, e resultados operacionais; e) Desregulamentações legais e laborais; e f) Terceirização do setor produtivo; e g) Foco no lucro.

10 *Private Equity* é um fundo comprador de ações de firmas novas, não listadas em Bolsa de Valores, para aprimorar sua gestão, estratégia mercadológica, eficiência produtiva, e lucratividade. Depois revende as ações desta firma a outras ligadas à Bolsa. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/fundos-de-private-equity-tem-lucro-de-17-com-empresas-fecha>. Acesso em: 10/11/2017.

Para Chesnais (1996), o capitalismo mundializado contemporâneo reconfigurou as conexões mundiais, criando o eixo global "dominante" em investimentos, e o local "dependente" de investimentos, estando agora os capitais centralizados e concentrados na esfera financeira, tendo sido a esfera produtiva posta em segundo plano, pois investimentos na primeira seriam mais rentáveis, e livres dos riscos de empreender, podendo se vincular a quaisquer ramos produtivos.

Para Chesnais (1996, pág. 14 e 15), a ascensão do Mercado Financeiro gerou enormes massas de Capital Fictício, a parcelas cada vez menores de indivíduos, ficando a riqueza socialmente produzida nas sociedades contemporâneas a este condicionada. Chesnais (2005) considera que, a governança mundial do mercado financeiro, criou uma superestrutura de poder global, onde conglomerados rentistas passaram a transacionar em quase todos os setores produtivos dos países.

Segundo Harvey (1996) e Chesnais (1996), o Capital Fictício¹¹, antes concentrado no mercado financeiro, passou a pleitear sua desregulamentação legal, visando estender suas ações aos setores bancário e produtivo, estimulando a entrada maciça de grupos de investimento transnacionais nestes setores. Para Guttmann (2008), o capital fictício seria a remuneração periódica e pré-fixada de cada título, sem que houvesse nenhuma contrapartida em capital produtivo. Para o autor, as maiores fontes de capital fictício seriam: a) Fundos de ações cotados em Bolsa; b) Títulos da dívida pública dos países; e c) Moedas de crédito. Aonde só as atuais transferências diretas de riqueza, pagas aos credores do mercado financeiro internacional, pela rentabilidade dos títulos da dívida pública dos países, responderiam a quase 20% do total de gastos públicos de alguns destes.

Segundo Tavares e Maués (2012), o capital financeiro adentrou no setor educacional do país em 2007, através da compra de ações das empresas educacionais superiores, por grupos de investimento, nacionais e internacionais, que passaram a controlar suas decisões administrativas. Instaurou-se nestas uma Gestão Organizacional Corporativa¹², voltada ao lucro e à satisfação dos acionistas. O

11 Seria o capital investido em títulos de crédito (ações), gerador de periódico direito à apropriação de lucro (dividendos ou juros) por seus detentores, e que não cria valor real. Disponível em: http://resistir.info/crise/capital_ficticio2.html. Acesso em: 05/06/2017.

12 Segundo a OCDE (1999, pág. 05), seria o perfil de gestão ou governança, no qual as sociedades de negócios teriam seu gerenciamento, feito por um conjunto de relações, entre

controle das participações societárias ficou a cargo das Holdings¹³ Educacionais, seja no pagamento de dividendos¹⁴; na formação dos conselhos diretores representativos, ou nas tomadas de decisão das firmas, visando aumentar o valor de suas ações anualmente. Esse processo passou a ser chamado de Gestão Educacional Corporativa Via Fundos de Investimento, tendo a Mercantilização¹⁵ do Ensino Superior se intensificado, passando a operar a lógica pura do mercado.

Quanto à alta diversidade das IES privadas no país, Algebaile (2007) afirma que esta foi estrategicamente criada, por protocolos do Banco Mundial (1994, pág. 31), reguladores do ensino superior nos países periféricos do capital, incentivadores da modalidade de ensino privada e institucionalmente diversificada, visando diminuir seus custos operacionais, e ampliar seus lucros, justamente pelo rebaixo das exigências curriculares, formativas, e de acesso. Um ensino rasteiro e barato, para atender a estratos populares excluídos do processo educativo superior. Além disso, houve um estaque na expansão e no adensamento de capital das firmas rentistas e oligopolistas do ensino superior privado-mercantil nos últimos anos, pois suas ações produziram uma apropriação de mercado tão grande, que passaram a restar poucas firmas pequenas a serem compradas, e muito poucas grandes legalmente aptas a serem fundidas.

Para Haddad (2008) e Siqueira (2004), grandes relações comerciais entre os países, foram autorizadas por organismos controladores do comércio internacional, como a OMC, pela criação de tratados de livre comércio de mercadorias, pessoas e serviços, pois os setores produtivos e de serviços passaram a ser vistos como mercadorias rentáveis. Para Lima (2002, pág. 165), o Capital Financeiro se aplacou sobre os serviços, inclusive na Educação, por percebê-los como grande filão.

os Administradores da Firma, os Acionistas, o Conselho Diretor Acionário, e outras partes envolvidas. Tal gestão criaria uma superestrutura empresarial, com objetivos, estratégias, fiscalização, e controle de desempenho, orientada à geração de lucro.

13 Trata-se de uma empresa que possui a maioria das ações de uma ou mais empresas, sendo chamada de controladora, porque detém o controle da administração e das políticas empresariais destas. Disponível em: <https://www.significados.com.br/holding/>. Acesso em: 08/11/2017.

14 Dividendos é uma parcela do lucro apurado pelas sociedades anônimas, distribuída a seus acionistas depois do fim de cada exercício social. Toda firma listada na Bolsa de Valores, deve legalmente destinar o mínimo de 25% de seus rendimentos líquidos (já descontados os tributos e impostos devidos ao Estado) a seus acionistas. O pagamento pode ser trimestral, semestral ou anual. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/dividendos-principais-conceitos/>. Acesso em: 20/02/2018.

15 Para Bertolin (2007), foi a reorientação do processo de desenvolvimento dos meios e fins do ensino, no âmbito privado e até no estatal, à lógica do mercado, onde a Educação passou a perder seu status de direito universal, e assumindo a condição de serviço pago.

Considera-se diante do exposto, que os processos de Mercantilização, Privatização, Oligopolização, e Empresariamento da Educação, deflagrados no país por alguns grupos privado-mercantis do ensino superior, foram favorecidos pelos auxílios pecuniários da União, pois é sabido que as políticas a nível: federal, estadual, e municipal, sempre geraram ampla liberalização e desoneração fiscal aos negócios de tais grupos, que somadas às ações próprias destes grupos, acabaram pervertendo a lógica de educar para formar e emancipar socialmente; mercadejando o setor educacional; alterando seu funcionamento, e retirando deste por fim seu viés social.

5 POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS: OS GOVERNOS DE FHC, LULA E DILMA (2001 A 2016)

Os dados coletados sobre o segmento de ensino superior, vinculados aos três últimos governos do país (FHC, Lula e Dilma), mostraram sempre o crescimento deste, ainda que em fluxos diferenciados, e com percentuais bastante díspares entre a esfera pública e esfera privada.

Nos governos de FHC (1995 a 2002), os dados atestaram um declínio de quase 7% no número de IES públicas, e um aumento de 110,8%, no número de IES privadas. Já as matrículas cresceram nas IES públicas e privadas, mas o setor privado registrou uma ampliação de 130%, contra 55% de ampliação no setor público. Ressalta-se que ao final de seus mandatos, as IES privadas universitárias do país, haviam saltado de 63, em 1995, para 84 em 2002, e as IES não universitárias passaram de 621 para 1.358, uma ampliação de 119%, onde ambas somavam 1442 IES. As matrículas em IES públicas cresceram 55,0%, e em IES privadas quase 130% (INEP, 1995 a 2002).

Nos governos de Lula (2003 a 2010), as IES públicas expandiram-se mais, por conta da criação de quatro novas universidades federais, e reformulação de outras 14, além da criação de 74 novas Escolas Técnicas Federais (somadas às 140 que já existiam até 2002), e reestruturação de 33 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), remodelados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs¹⁶). Neste período, as IES privadas tiveram um pequeno

16 Concebidos pela Lei nº. 11.892/2008, e suscitados pela remodelagem dos CEFETs, cuja regulação se dá pelo Decreto nº. 2.208/1997, revogado pelo Decreto nº. 5.154/2004, e reajustado novamente pelo Decreto nº. 5.224/2004. Os CEFETs surgiram do reordenamento das antigas Escolas Técnicas Federais (transformadas em autarquias), pela Lei nº. 8.731/1993.

recuo, de unidades e matrículas, mas ainda assim, ambos se ampliaram bem mais do que as públicas, pois cresceram quase 72% no total, contra um crescimento de quase 40% das IES públicas. No referido período, o número de IES universitárias privadas, saltou de 84 para 89, e de IES públicas, passou de 79 para 97. Quanto às matrículas, estas cresceram 71,5% nas IES privadas, contra os 39,7% das IES públicas (INEP, 2003 a 2010). Lula ainda ampliou os repasses ao FIES, e criou o PROUNI, gerando bolsas de estudo, integrais (100%) e parciais (50% ou 25%), por meio de renúncias fiscais, a estudantes de IES privadas, com ou sem fins lucrativos, aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (BRASIL, 2005).

Nos governos de Dilma (2011 a 2016), a expansão das IES privadas sofreu um pequeno recuo de 0,6%. Já as IES públicas, cresceram cerca de 4%, tendo sido criadas 11 IES públicas e 116 Escolas Técnicas Federais, entre 2011 e 2013. Nos governos de Dilma, apesar do pequeno recuo do setor privado, este chegou ao final do período, representando 87,5% do total de IES do país. No que tange ao número de matrículas, houve ligeiro acerto, entre os valores de crescimento das IES públicas e das privadas. Dados do primeiro governo de Dilma atestaram que as IES não universitárias privadas, reduziram-se de 2.011 inicialmente, para 1.986 ao final. Já as matrículas cresceram cerca de 20% em IES públicas, contra os 25% de crescimento das IES privadas. Além disso, Dilma elevou ainda mais os repasses de recursos a FIES e PROUNI (INEP, 2011 a 2016).

Ressalta-se, que o número de matrículas no setor público, cresceu de 1.086.000 em 2002, para quase 1.960.000 em 2014, uma expansão de 81%. O setor privado saltou de 2.435.000 de matrículas em 2002, para quase 5.867.000 em 2014, uma expansão de 141%. O setor privado dominou no número de IES, saltando de 1.208 em 2001, para 2.111 em 2016, apesar da maior parte destas serem IES não universitárias. Já as IES universitárias cresceram de 54% no setor público, de 1995 a 2014, contra 33% no privado. Durante o período dos três governos, as IES privadas não universitárias cresceram quase 220%, e correspondiam a 82% do total no início do período, tendo chegado a quase 92% no final. As IES públicas cresceram apenas 35% neste (INEP, 1995 a 2016).

Dados de 2016 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), emitidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atestaram que neste ano, o total de brasileiros com idade

entre 18 a 24 anos somava 23 milhões de cidadãos, e os graduandos de IES público-privadas somaram 3 milhões (os de IES privadas somaram 82,3% do total ou 2.469.000 alunos e os de IES públicas somaram 17,7% ou 531.000 alunos). A taxa líquida de matriculados em 2016 nesta faixa etária no ensino superior do país foi de 23,8 %, ainda considerada baixa, se comparada aos valores da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014 a 2024, criado pela Lei nº. 13.005/2014, que prevê até o final de 2024, a ampliação da taxa bruta de matrículas na referida faixa etária para 50% (em 2016 chegou a 32,8%), e da taxa líquida para 33%. O MEC destaca, que a Meta só se concretizará, se ao menos 40% das novas matrículas anuais forem efetivadas em IES públicas.

Pelos dados coletados, percebe-se que nos mandatos dos três governantes, o financiamento estatal, direto ou indireto, do setor privado, por programas como PROUNI e FIES, contribuiu decisivamente para materializar uma realidade confortável ao mesmo. Reitera-se que os capitalistas sempre pressionaram a União, para que esta lhes auxiliasse na expansão de seus negócios, acima do setor público. As figuras 01 e 02 abaixo mostram a evolução do número de IES público-privadas, e de matrículas em ambas. A análise englobou a última metade do 2º governo de FHC (2001 a 2002), os dois mandatos de Lula (2003 a 2010), e o período dos dois mandatos de Dilma (2011 a 2016).

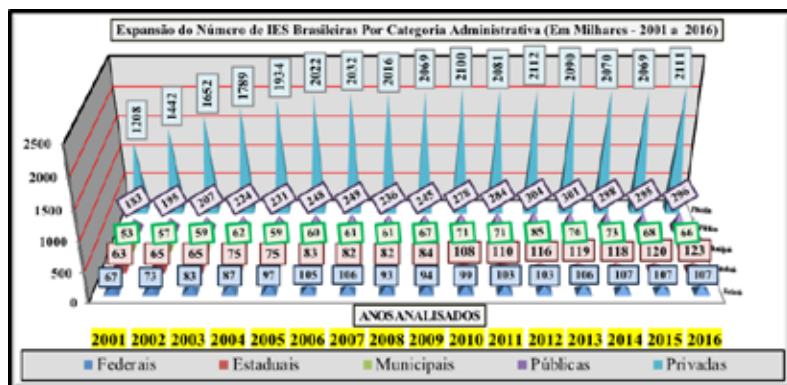


Figura 1: Evolução das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas e Privadas (Brasil - 2001 a 2016)

Fonte: Elaboração dos Autores. Baseado nas Sinopses Estatísticas do INEP sobre o Ensino Superior (2001 a 2016).

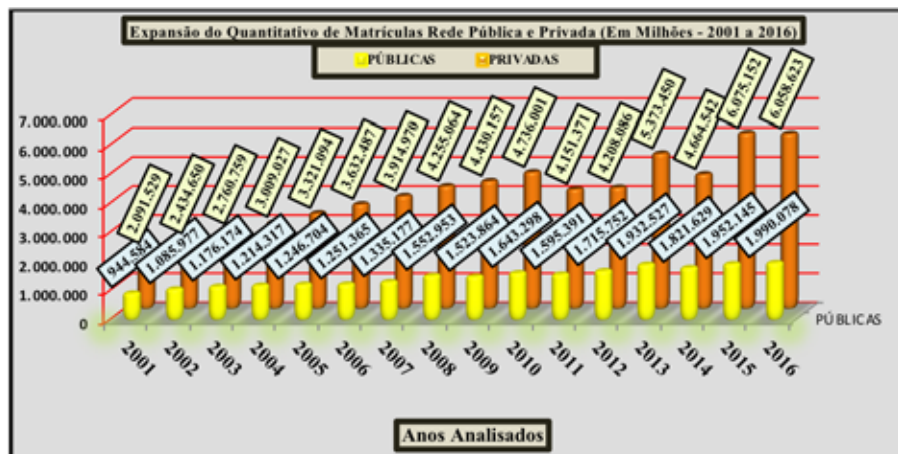


Figura 2: Evolução do Número de Matrículas no Ensino Superior (IES) Públicas e Privadas (Brasil - 2001 a 2016)

Fonte: Elaboração dos Autores. Baseado nas Sinopses Estatísticas do INEP sobre o Ensino Superior (2001 a 2016).

6 A HISTORIOGRAFIA DOS PROGRAMAS ESTATAIS DE ACESSO AO SEGMENTO DE ENSINO SUPERIOR NACIONAL

Posteriormente à LDB de 1996, a União passou a delinear vários programas de ampliação do acesso ao ensino superior público e privado. Ao final do segundo mandato de FHC, foi criado o FIES pela Medida Provisória nº. 1.827/1999, consolidada pela Lei nº. 10.260/2001, para gerar financiamentos em cursos de graduação a alunos de IES privado-mercantis, habilitadas por resoluções do MEC. O FIES substituiu o Programa de Crédito Educativo (CREDEC - Lei nº. 8.436/1992) (BRASIL, 2001). Em 2004, foi criado o Programa Educa Mais Brasil, (por grupos educacionais privados), para conceder até 70% de desconto em mensalidades a cidadãos de baixa renda. Em 2005, foi criado o PROUNI, pela Lei nº 11.096/2005, para gerar bolsas de estudo parciais (25% e 50%) e integrais (100%), a alunos hipossuficientes de renda, em IES privadas, aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio¹⁷ (ENEM), por mecanismo de renúncia

¹⁷ Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado pelo Ministério da Educação em 1998, inicialmente com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes ao final da educação básica, assim, contribuindo para melhorias neste nível de ensino de acordo com os indicadores obtidos em cada ano de sua aplicação. Disponível em: www.ig.com.br/tudo-sobre/enem/. Acesso em: 10/03/2018.

fiscal. Em 2007, a União criou o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), para ampliar o aparato de ensino superior público. Em 2010 o MEC criou o Sistema de Avaliação Unificada (SISU), plataforma onde as IES público-privadas destinariam um percentual de suas vagas a alunos do ENEM. Em 2012, a Lei nº. 12.688 criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES), para trocar de bolsas de estudo, por perdão de dívidas tributárias federais a IES privadas.

Segundo Mendes (2016), quanto ao FIES particularmente, a União utilizou a estratégia de emissão de títulos da dívida pública (CFT-Série E), com valor unitário a R\$1,00 (hum real), e corrigidos ao mês pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), às mantenedoras de IES privado-mercantis, podendo ser usados para amortizar parcelas de suas contribuições sociais, ou de quaisquer tributos regulados pela Receita Federal do Brasil (RFB), só havendo o pagamento de taxas administrativas aos bancos credenciados (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S/A). Esta regra do FIES¹⁸, possibilitou à União não arcar monetariamente com as vagas geradas em IES privado-mercantis. O único problema do FIES, é que segundo Barros (2003), poderia novamente ocorrer alta inadimplência, como havia ocorrido em 1987 no CREDUC, tendo alcançando 83% no total. Para Amaral (2003) e Carvalho (2006), isto se deu pelo alto custo das mensalidades praticadas pelas IES privado-mercantis às famílias, gerando vagas ociosas e inadimplência. A figura 03 abaixo mostra a evolução dos desembolsos da União com o FIES, que incluem recursos previstos pelo Art. 2º (diretos), e pelo Art. 7º (transação

18 Por este mecanismo, o FIES solicita ao Tesouro Nacional (TN) a emissão de certo número de títulos com valor definido, pagando ao TN por estes títulos com seus recursos orçamentários, gerando um desembolso do FIES que é registrado no orçamento da União. O Art. 7º, §3º preconiza que ao receber tal recurso, o TN o utiliza apenas para o resgate de outros títulos da dívida pública, ou seja, o TN troca um tipo de títulos da dívida pública (NTN-B, LTN ou LFT) resgatados, por Certificados Financeiros do Tesouro (CFT) emitidos, não alterando o estoque da dívida pública total. O FIES então entrega os títulos do TN às IES privadas, em valor igual ao pagamento das mensalidades (Art.9º), vindo a ter crédito junto ao aluno financiado, que deverá pagar o empréstimo no prazo contratado. Todas as amortizações feitas por alunos entram no orçamento anual do FIES como receita do Fundo. As IES podem usar os títulos apenas para abater tributos e contribuições previdenciárias (Art. 10º). Para gerar às IES privadas mais CFTs, em troca do abatimento de dívidas tributárias e previdenciárias, e geração de financiamentos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), operador do FIES, promove recompras trimestrais destes títulos, pagando em dinheiro às IES privadas (Art. 13º).

com Títulos da Dívida Pública, emitidos às mantenedoras das IES mercantis, disposta como operação especial, prevista pela Lei nº. 10.260/2001), além da evolução do número de contratos firmados entre 2001 e 2016.

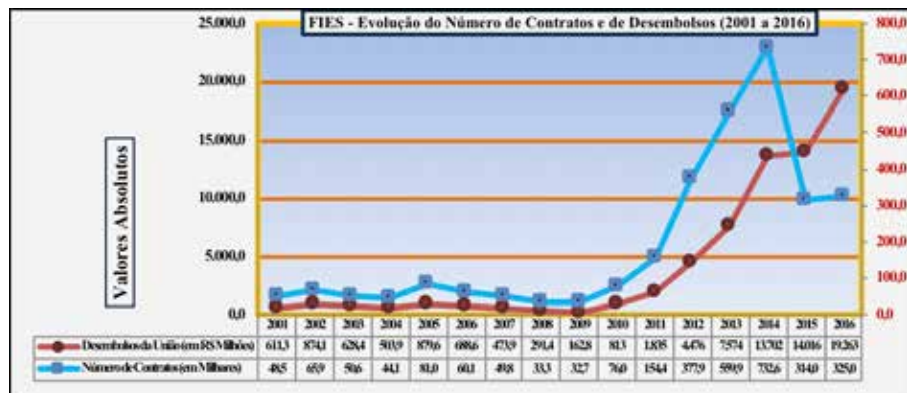


Figura 3: FIES: Quantitativo de Contratos e Dispendios Financeiros Totais (Brasil – 2001 a 2016)

Fonte: Elaboração dos Autores. Baseado nos Relatórios de Gestão do FIES/MEC/FNDE (2001 a 2016).

Quanto ao PROUNI (fig. 4, próxima página), segundo Carvalho (2006), este foi criado para conceder bolsas de estudos a alunos de IES privadas, com e sem fins lucrativos, por meio de renúncias fiscais, não prevendo qualquer ressarcimento posterior, nem das IES envolvidas, nem dos alunos. As IES privadas que aderiam eram isentas dos seguintes tributos: 1) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ); 2) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL); 3) Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e 4) Contribuição Para o Programa de Integração Social (PIS-PASEP), no limite de isenção tributária, proporcional ao número real de vagas ocupadas (BRASIL, 2005). A figura 04 abaixo mostra a evolução das isenções tributárias, por tributo, aonde o volume anual de isenções chegou em 2016 a R\$ 1,25 bilhão (MF/RFB, 2006 a 2016).

Para complementar, dados do (INEP, 2017) atestaram que o número de bolsas concedidas por IES privadas no país, em troca de renúncias fiscais, geradas por programas da União, chegou neste ano a 214.110 bolsas. Ressalta-se que a União poderia renunciar alguns tipos de tributos, pela vinculação destes com a Educação, mas

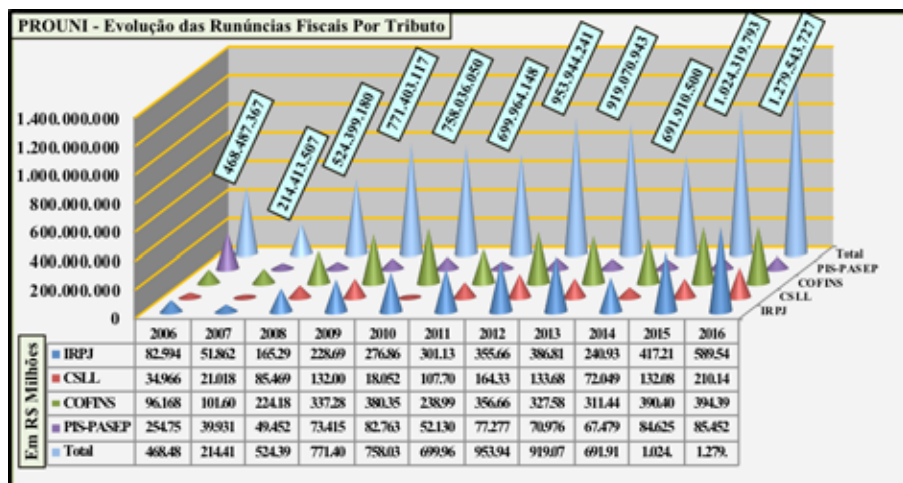


Figura 4: PROUNI: Isenções Tributárias Por Tributo (Brasil - 2006 a 2016)

Fonte: Elaboração dos Autores. Baseado nos Demonstrativos de Gastos Tributários Anuais da União (2006 a 2016).

Obs: Antes de 2006, não havia quaisquer tipos de dados consistentes, sobre gastos do governo com o PROUNI.

outros tributos não caberiam, por terem destinações específicas, de modo que seus valores monetários estariam sendo desviados, por não estarem cumprindo seus fins legais, servindo de pagamento indireto à concessão de bolsas em IES privadas.

7 AS DISSONÂNCIAS NA QUALIDADE DO ENSINO E DOS CURSOS DE IES PÚBLICAS E PRIVADAS NO PAÍS

Para medir a qualidade do ensino entre IES públicas e privadas (com fins lucrativos e sem fins lucrativos), se utilizou as notas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), e do Índice Geral de Cursos (IGC), proferidas pelo INEP, autarquia do Ministério da Educação (MEC). O ENADE é um indicador qualitativo, que avalia os cursos pelo desempenho de seus alunos. Suas notas variam de 01 a 05, sendo a nota 01 considerada como baixo rendimento, a nota 05 é considerada como alto rendimento, e notas acima de 03 são consideradas bom rendimento.

Dados do ENADE (2016), e do IGC (2015), que medem respectivamente, a qualidade do ensino ministrado nas IES, e a

qualidade dos cursos ofertados, atestaram significativa diferença entre as notas das IES públicas e privadas, pois as notas aferidas por IES privadas são mais baixas qualitativamente que as aferidas pelas públicas, e as aferidas por IES privado-mercantis são ainda mais baixas. As notas do ENADE atestaram que as IES públicas obtiveram notas 03 ou maiores, em 85% dos casos, e tiveram o maior percentual de notas 04 (43,31%). Quanto às IES privadas, as que obtiveram notas 03, se dividiram em 45,15% de privado-mercantis e 42,95% de privadas sem fins lucrativos. No geral, as IES privado-mercantis têm notas inferiores às privadas sem fins lucrativos.

As notas emitidas por IGC (2015) demonstraram alta correlação às notas do ENADE, onde os cursos de IES públicas, igualmente obtiveram percentuais maiores de notas 04, do que os cursos de IES privadas, os quais obtiveram notas 03. Assim como no ENADE, no IGC as notas de IES sem fins lucrativos foram maiores, entre 04 e 05, do que as obtidas por IES privado-mercantis. As notas do ENADE e IGC atestaram alta qualidade, no ensino das IES públicas, enquanto as IES privado-mercantis parecem afetadas por seu padrão de gestão gerencial, que não prioriza o ensino, gera notas baixas, afetando tanto a qualidade de seus cursos, como o nível de conhecimento de seus alunos. As figuras 05 (página anterior) e 06 mostraram as diferenças de notas emitidas pelo IGC em 2015 e pelo ENADE em 2016, conforme cada categoria administrativa específica de IES no país.



Figura 5: Notas do IGC de IES por Categoria Administrativa (Brasil)

Fonte: Elaboração Própria dos Autores. Baseado em Dados de INEP/IGC, 2015.

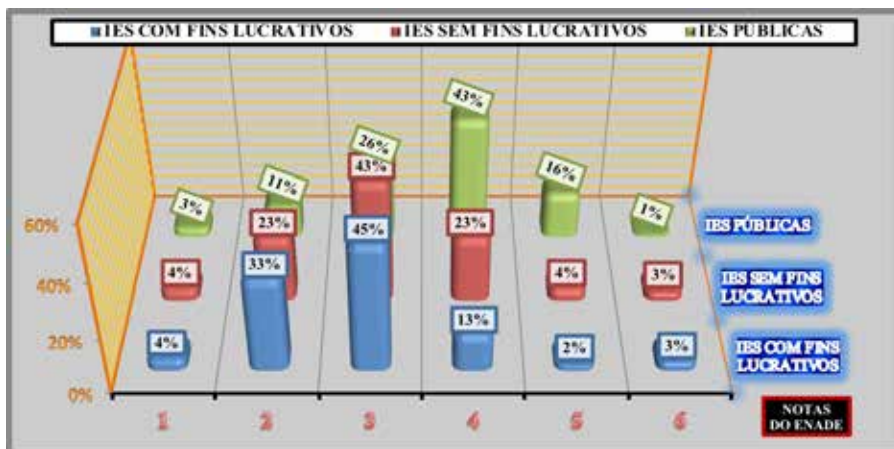


Figura 6: Notas do ENADE de IES por Categoria Administrativa (Brasil)

Fonte: Elaboração Própria dos Autores. Baseado em Dados de INEP/ENADE, 2016.

8 APROXIMAÇÕES FINAIS À CONJUNTURA ATUAL DO SEGMENTO DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A conversão forçosa mundial contemporânea, dos setores produtivos e de serviços ao mercado, não se deu pela letargia das forças populares, mas antes é resultante dos princípios e práticas aplicadas pela política neoliberal, nos países desenvolvidos, desde a década de 1980, e replicadas nos países periféricos do capital, desde a década de 1990. A supremacia do capitalismo mundializado capturou o Estado, e tornou-o Mínimo às questões sociais, mas Máximo às desregulações legais que beneficiam o Setor Financeiro e a Iniciativa Privada, que a tudo visam mercadejar, para ampliar seus negócios a outros mercados de atuação, e assim alavancar seus lucros. Tanto o projeto de nação socialista, como as reformas sociais pretendidas, ainda continuam no papel.

Os dados coletados mostraram, que a expansão do segmento de ensino superior brasileiro, no período entre 2001 a 2016, esteve fortemente vinculada ao setor privado, e sempre menor no setor público. Os dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2011) atestaram também, que as IES privado-mercantis não relacionam ensino, à pesquisa e extensão, pois

81% do total de alunos de pós-graduação neste ano, matriculados na modalidade *stricto sensu* (doutorados e mestrados acadêmicos e profissionais), eram de IES públicas. Considera-se que a União, ao continuar adotando programas de acesso ao ensino superior, como FIES e PROUNI, promove a expansão direta e indireta, do setor privado, e consolida uma formação profissional rasteira aos jovens do país. Os recursos destes programas contribuem para que o crescimento das matrículas e das IES privadas, seja sempre maior que o das públicas. Em 2016, o total de recursos destes programas, chegou a R\$16,5 bilhões, ou 15% do empenho da União com a Função Educação. Os recursos de FIES e PROUNI representam endividamento, direto e indireto, da União, e vêm alargando a dívida pública nacional. O dispêndio seria tão grande, que segundo (MEC, 2018), houve a liberação só neste ano, de quase R\$ 1,2 bilhão ao FIES, repassado ao FNDE, autarquia ligada ao MEC, operadora do programa, para a recompra dos Certificados do Tesouro Nacional, emitidos às mantenedoras de IES privadas ligadas ao FIES. O FNDE paga-lhes os encargos anuais, derivados das operações de financiamento que faz com estas, quando lhes repassa Títulos da Dívida Pública, chamados de Certificados Financeiros do Tesouro - Série E (CFT-E), para abaterem apenas tributos e contribuições previdenciárias, gerando bolsas no mesmo valor, a alunos de IES privadas do país vinculados ao FIES. Contudo, se os gastos do governo com tais programas continuarem a crescer anualmente, as metas do PNE (2014 a 2024) ao ensino superior do país, poderão enfim não ocorrer.

Quanto às crises do capitalismo, ressalta-se que o capital financeiro só trouxe a esbórnica e a anomia às sociedades, aumentou as incertezas e o pessimismo popular, asfixiando o empreendedorismo. As pontas desfiadas deste processo só poderão emendadas por muita luta imprimida pelas classes populares. A roupagem atual do ensino superior é mundializada, rentista e oligopolista, inserida no projeto global capitalista, dotada de vultosa e continuada expansão, tendo o setor privado-mercantil crescido, dentro do período analisado (2001 a 2016), o qual cresceu em número de matrículas, cerca de 190%, contra apenas 111% alcançados pela esfera pública, como ilustrado pela Figura 02 acima. Ressalta-se ainda, que quanto ao número de IES espalhadas pelo país, a esfera privada de ensino superior, teve um crescimento aproximado, no referido período

(2001 a 2016) de 74,75%, contra os 61,75% registrados pela esfera pública, como mostrado na Figura 01. Os lucros auferidos pelo setor privado do ensino superior se igualam, aos de grandes corporações internacionais, fatos que pedem reflexão sobre o futuro da educação pública nacional.

Conclui-se que o liberalismo econômico de mercado sempre foi o mal maior, e sua meta principal, sempre foi precarizar e mercadejar tudo aquilo que resta do modelo de Estado do Bem-Estar Social. A política nacional continua a adotar o Estado Mínimo aos direitos e garantias sociais, e o Estado Máximo aos negócios capitalistas e ao livre mercado. Sabe-se que o capitalismo sempre se apropriará de todo excedente econômico, e depois o reinvestirá em novas produções, ou não, talvez o entesoure, mas certamente grande parcela deste tornar-se-á consumo de luxo de capitalistas. O problema é que a faixa de lucros e de acumulação de capital está beirando níveis extraordinários e alarmantes. Assim, novas crises do capitalismo ocorrerão, pois as contradições próprias do modelo previstas por Marx degenerarão o trabalho produtivo, o único processo puro de geração de riqueza.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Maria Emília Bertino. Expansão da Educação Superior: traços de uma inclusão seletiva no cenário educacional brasileiro. In: VIEITEZ, Candido Giraldez; BARONE, Rosa Elisa Mirra. (Org.). Educação e Políticas Públicas: tópicos para debate. Araraquara, SP: Junqueira & Martins, 2007.

ANTUNES, Ricardo. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (orgs). Políticas Públicas e Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001.

AMARAL, Nelson Cardoso. Limites à expansão do setor privado no Brasil: subsídios para análise do Censo de Educação Superior 2004. Brasília, INEP, 2006, 53 pág.

BANCO MUNDIAL. *La Enseñanza Superior: Las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington, 1994. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 09/02/2018.

BARROS, Helena Hellen D. de. Financiamento Estudantil. Câmara dos Deputados - Consultoria Legislativa: Brasília-DF, 2003. Disponível em: <http://>

www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema111/pdf/313903.pdf. Acesso em: 10/12/2017.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, Paulo Nogueira. (et al.). Em Defesa do Interesse Nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. 3ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em Contra Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BERTOLIN, Júlio César G. Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização: período 1994-2003. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 281 págs.

BITTAR, Mariluce; STAPANI RUAS, Claudia Mara. Expansão da educação superior no Brasil e a formação dos oligopólios: hegemonia do privado mercantil. *EccoS Revista Científica*, nº. 29, 2012, págs. 115 a 133.

BRASIL. Lei nº. 8.436, de 25 de junho de 1992. Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8436.htm. Acesso em: 09/12/2017.

BRASIL. Lei nº. 9.131, de 24 de novembro de 1995. Institui o Exame Nacional de Cursos – ENC e dá outras providências. Leis, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19131.htm. Acesso em: 24/05/2018.

BRASIL. Lei nº. 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil/Leis/LEIS_2001/L10260.htm. Acesso em: 04/01/2018.

BRASIL. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Leis, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/10861.pdf>. Acesso em: 24/05/2018.

BRASIL. Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), regula a atuação das entidades de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.prouniportal.mec.gov.br>. Acesso em: 20/01/2018.

BRASIL. Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. Cria o Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 08/02/2018.

BRASIL. Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004 (b). Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20/12/1996, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.html. Acesso: 10/12/2017.

Programas estatais de expansão... - João Paulo Costa Lima et al.

BRASIL. Decreto nº. 5.224, de 01 de outubro de 2004 (a). Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2004/decreto/d5224.htm>. Acesso: 15/11/2017.

BRASIL. Decreto nº. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamentou o Art. 80 da Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm. Acesso em: 08/12/2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). MEC libera R\$ 1,2 bilhão para que FNDE recompre Títulos. Brasília: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/213-1762821894/65901-mec-libera-r-1-2-bilhao-para-que-fnde-recompre-titulos>. Acesso em: 20/12/2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA (MF). RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). Demonstrativos de Gastos Tributários (DGT). Planilhas Eletrônicas [2001 a 2016]. Brasília: MF: RFB. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/demonstrativosdos-gastos-tributarios-dgt>. Acesso em: 10/12/2017.

CAPES (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR). GEOCAPES - Dados Estatísticos 1998/2011. Brasília: Capes. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/componente/content/article/91-conteudo-estatico/avaliacao-capes/6886-geocapes>. Acesso em: 20/12/2017.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 27, nº. 96, pág. 979-1000, out. 2006.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 31, nº. 111 pág. 481-500, abril/junho. 2010.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. Outubro: *Revista de Estudos Sociais*, nº. 5, 2001, pág. 12.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org.). *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

COASE R. H. *The Nature of the Firm*. *Econômica: New Series*, Vol. 04, Nº. 16. Nov. 1937, págs. 386 a 405.

DOURADO, Luiz Fernando. A Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos Anos 90. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 23, nº. 80, pág. 234-252, set. 2002.

DUMÉNIL, Gerard; e LÉVY, Dominique. *Superação da Crise; Ameaças de*

Crises e Novo Capitalismo. In: CHESNAIS, François et al. (Orgs.) Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Editora Xamã, 2003.

FALEIROS, V. P. A Política Social do Estado Capitalista. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FELDFEBER, Myriam. Internacionalização da educação, tratados de livre comércio e políticas educativas na América Latina. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi & OLIVEIRA, Dalila. Crise da Escola e Políticas Educativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GONÇALVES, R. Transformações globais, empresas transnacionais e competitividade internacional do Brasil. Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, UFRJ, n.º. 320, Set/1994. (Texto para discussão).

GORGULHO, V. Fusões no Setor Privado de Ensino Superior. Revista do Ensino Superior, n.º. 128, pág. 46-48, maio. 2009. Segmento.

GREGORY, Anthony. *The Minarchist's Dilemma*. Strike The Root Journal. May 10, 2004.

GUTTMANN, Ronald. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. Revista Novos Estudos, São Paulo, n.º. 82, págs. 11-33, nov. 2008.

HADDAD, Sérgio. (Org.). Banco Mundial, OMC e FMI: impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOPER EDUCACIONAL, Consultoria. *Análise Setorial Hoper do Ensino Superior Privado do Brasil - 2007*. São Paulo, 2007.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2016. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/95090ddfb63a3412f04fedafd6d65469.pdf. Acesso em: 02/12/2017.

INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA). MEC e Inep divulgam dados do Censo da Educação Superior 2016. Brasília: INEP: MEC. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206. Acesso em: 12/11/2018.

INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA). Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 1995; 1996; 1997; 1998; 1999; 2000; 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016.

Programas estatais de expansão... - João Paulo Costa Lima et al.

Planilhas Eletrônicas. Brasília: INEP: MEC. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>. Acesso em: 20/01/2018.

INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA). Planilha Eletrônica. Brasília: INEP: MEC. Resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/conceito-enade>. Acesso em: 08/04/2018.

INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA). Resultados do Índice Geral de Cursos (IGC) 2015. Planilha Eletrônica. Brasília: INEP: MEC. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc->. Acesso em: 08/04/2018.

LACERDA, Antônio Correa de. Globalização e o Brasil: riscos, oportunidades e desafios. Revista de Economia e Relações Internacionais. São Paulo, vol. 01, n.º. 01, pág. 35-54, 2002.

LIMA, Katia. Organismos Internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). O Empresariamento da Educação: novos contornos do ensino superior no Brasil nos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I, vol. II. 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. Revista Educação & Sociedade, Campinas, vol. 30, n.º. 106, págs. 15-35, jan./abr. 2009.

MENDES, Marcos. José. A Despesa Federal em Educação: 2004-2014. Boletim Legislativo do Senado Federal, Brasília, n.º. 26, abr. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletinslegislativos/bol26>. Acesso em: 14/02/2018.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). O Empresariamento da Educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 30, n.º. 108, pág. 739-760, Out. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302009000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08/12/2017.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Principles of Corporate Governance*. Paris: OCDE, 1999.

SAMPAIO, H. O Ensino Superior no Brasil: o setor privado. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de Expansão da Educação Superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação

Programas estatais de expansão... - João Paulo Costa Lima et al.

universitária. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 29, n°. 105, p. 991-1022, Dez. 2008.

SIQUEIRA, Ângela. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. Revista Brasileira de Educação, n°. 26, maio/junho/julho/agosto. 2004.

Submetido em Novembro 2018

Aceito em Dezembro 2018

Publicado em Maio 2019